



Artigo



## **O Impacto do Microcrédito no Desenvolvimento Rural e na Redução da Pobreza no setor Agrícola em Moçambique: uma análise a partir das experiências e desafios das comunidades de Nacarôa**

*The Impact of Microcredit on Rural Development and Poverty Reduction in the Agricultural Sector in Mozambique: an analysis based on the experiences and challenges of Nacarôa communities*


*El Impacto del Microcrédito en el Desarrollo Rural y la Reducción de la Pobreza en el Sector Agrícola en Mozambique: un análisis basado en las experiencias y desafíos de las comunidades de Nacarôa*

*L'Impact du Microcrédit sur le Développement Rural et la Réduction de la Pauvreté dans le Secteur Agricole au Mozambique: une analyse basée sur les expériences et les défis des communautés de Nacarôa*

Nelson Inácio Roaneque <sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Mestrando em Gestão de Projetos de desenvolvimento na Universidade Católica de Moçambique, Nampula. Moçambique. Docente no Instituto Politécnico de Nacuxa, Nacala-Porto, Moçambique.

 <https://orcid.org/0009-0007-8879-3285> E-mail: [nelsonroaneque@gmail.com](mailto:nelsonroaneque@gmail.com)

**Resumo**

O microcrédito ainda impacta nas comunidades rurais no combate a pobreza e no impulso do desenvolvimento rural. É nesta reflexão que se pretende encontrar mecanismos de implementação nas comunidades do distrito de Nacarôa província de Nampula em Moçambique. A experiência das associações da União Distrital de Camponeses dita que eles sabem sobre o investimento agrário, mas não se beneficiam diretamente do crédito rural. Daí que o desafio é criar linhas de crédito do sector agrário e facilitar o acesso os camponeses de modo a obterem maior produtividade, melhoria de renda e impulsionar o desenvolvimento de Nacarôa.

**Palavras-Chave:** Microcrédito; Moçambique; Pobreza; Desenvolvimento Rural; UDC de Nacarôa.

**Abstract**

Microcredit also has an impact on rural communities in the fight against poverty and in boosting rural development. It is in this reflection that it is intended to find implementation mechanisms in the communities of the district of Nacarôa, Nampula province in Mozambique. The experience of the associations of the District Peasants' Union dictates that they know about agrarian investment, but do not directly benefit from rural credit. That is why the challenge is to create lines of credit for the agricultural sector and to facilitate the development of agricultural products.

**Keywords:** Microcredit; Mozambique; Poverty; Rural Development; UDC de Nacarôa.

**Resumen**

El microcrédito también tiene un impacto en las comunidades rurales en la lucha contra la pobreza y en el impulso del desarrollo rural. Es en esta reflexión que se pretende encontrar mecanismos de implementación en las comunidades del distrito de Nacarôa, provincia de Nampula en Mozambique. La experiencia de las asociaciones de la Unión Campesina Distrital dicta que conocen la inversión agraria, pero no se benefician directamente del crédito rural. Es por ello que el reto es crear líneas de crédito para el sector agropecuario y facilitar el desarrollo de los productos agropecuarios.

**Palabras Clave:** Microcrédito; Mozambique; Pobreza; Desarrollo Rural; UDC de Nacarôa.

### Resumé

Le microcrédit a également un impact sur les communautés rurales dans la lutte contre la pauvreté et dans la stimulation du développement rural. C'est dans cette réflexion qu'il est prévu de trouver des mécanismes de mise en œuvre dans les communautés du district de Nacarôa, province de Nampula au Mozambique. L'expérience des associations de l'Union des paysans de district montre qu'elles connaissent l'investissement agricole, mais qu'elles ne bénéficient pas directement du crédit rural. Par conséquent, le défi est de créer des lignes de crédit pour le secteur agricole et de faciliter l'accès aux paysans afin d'obtenir une plus grande productivité, d'améliorer les revenus et de stimuler le développement de Nacarôa.

**Mots-Clés:** Microcrédit; Mozambique; Pauvreté; Développement rural; UDC de Nacarôa.

## Introdução

---

O sector agrícola sempre é debate na arena pública e nas comunidades por constituir fonte do alimento de todo género humano. Os desafios de custo de produção são tantos mas o investimento nesta área é questionável particularmente em Moçambique. O microcrédito é uma das saídas de investimento que impulsiona à população carenciada na produção de comida para melhoria de renda e o desenvolvimento rural. O presente artigo busca compreender o contributo do microcrédito, tendo como base as experiências e desafios das associações da UDC (União Distrital dos Camponeses) sobre o acesso do crédito para produção agrícola.

O estudo constitui fundamento de reflexão sobre o desenvolvimento rural e consubstancia-se na política de descentralização do governo de Moçambique que elegeu os distritos como polo de desenvolvimento e na agricultura como base desenvolvimento do país (PARPA 2011-2014).

A estratégia definida pelo governo e parceiros para o alcance dos objectivos sobre o desenvolvimento agrário é de que, às comunidades rurais formem associações para fácil acesso a crédito agrícola. Em resposta ao apelo e Nacarôa sendo distrito rural, já dispõe de associações produtivas em todos os três (3) postos administrativos para produção agrícola, pecuária e piscícola com vontade de produzir mais comida, para erradicar a fome e a pobreza que assola no seio das comunidades locais. Porém, deparam-se com dificuldades de investimentos.

Entende-se que uma vez eleito o sector de agricultura como base do desenvolvimento, deve merecer atenção especial no que concerne o investimento para massificar a produção e alargar toda cadeia agrícola. Nessa perspectiva, o microcrédito contribuiria para redução da pobreza e promoção do desenvolvimento do distrito de Nacarôa e doutros distritos do país.

## 1. Problematização e Metodologia de Pesquisa

---

A agricultura continua a desempenhar um papel importante para sustentabilidade económica da zona rural. Por paradoxo, o nível de investimento na agricultura nos países em desenvolvimento, Moçambique sem exceção decresceu nas últimas décadas. Apesar do país ter elegido a agricultura como base desenvolvimento de Moçambique e o distrito como polo de desenvolvimento, ainda se registra défice de investimento no sector agrícola, o que faz com que população continue praticando agricultura precária e insustentável sem gerar mudanças que reduza a insegurança alimentar e a pobreza de modo a impulsionar o desenvolvimento rural.

Mausse (2009) entende que o desenvolvimento rural deve ser concebido com referência especial a agricultura por ser base de sustento de muitas famílias da zona rural. Portanto, é crucial investir nesta área apesar dos riscos das mudanças climáticas e outras ameaças.

Apesar das políticas para o apoio agrário em Moçambique exigirem a criação de associações para o acesso ao microcrédito, na prática pode-se observar que muitos distritos como Nacarôa, não dispõem nem agência de desenvolvimento local (ADLs). Outrossim, os camponeses não são considerados parceiros directos.

Assim, nossas questões de investigação foram:

1. Que contributo o microcrédito impacta para o combate à pobreza e desenvolvimento rural?
2. Que experiências e desafios as associações da UDC de Nacarôa têm no acesso ao microcrédito para produção agrícola?
3. Que estratégias as associações da UDC de Nacarôa e a banca devem aplicar sobre o investimento que impulse a produtividade e reduza a pobreza local?

A escolha do tema justifica-se pelo facto da maioria da população moçambicana viver ainda na zona rural e depender da agricultura, sector eleito como base para o desenvolvimento de Moçambique, e até que medida o microcrédito pode ser viável para alavancar a produção agrícola.

A natureza das associações são independentes mas no nosso país elas não têm estrutura sólida para dar passos largos sozinhas, portanto, o fraco envolvimento em profundidade do sector das Actividades Económicas e dos órgãos locais do Estado para assistência técnica, insumos e comercialização dos produtos pode ser o motivo de fracasso da UDC. Nessa percepção, o estudo pretende estimular uma participação articulada de forma efectiva entre as associações, os órgãos do Estado e outros interessados em investir no sector agrário para o desenvolvimento rural (Silva, 2018).

Este estudo baseou-se no paradigma qualitativo e investigação ação. Paradigma Qualitativo – é um procedimento científico de busca e interpretação de factos subjectivos para obtenção de conhecimento. O enfoque qualitativo é de natureza social, isto é, tenta interpretar o fenómeno.

A investigação acção é modalidade aplicada e inspirada no paradigma critico, impele o pesquisador intervir directamente ou indirectamente para solucionar problemas que apoquentam o seu meio ambiente envolvente. Esta modalidade de investigação, obriga os próprios alvos a criarem mecanismos e tomarem decisões sobre mudanças para o rumo que pretendem alcançar.

Esta pesquisa foi conduzida com muita preocupação porque o pesquisador deste estudo é nativo deste distrito e vivencia este fenómeno, por isso propõe-se pesquisar a qualidade de envolvimento das associações dos camponeses no quadro de tomada de decisões tão básicas e o acesso a microcrédito para a redução da fome e da pobreza.

Tratando de uma pesquisa-acção com enfoque qualitativo que não envolve a medição numérica do fenómeno em estudo, nesta abordagem, além da revisão bibliográfica existente e disponível relevante da que refere ao microcrédito a favor das comunidades e pobreza rural, particularmente no sector agrário.

Sendo uma pesquisa eminentemente qualitativa, a técnica baseada recolha de dados foram: entrevistas semiestruturadas e observação directa do fenómeno. Os instrumentos de suporte para colecta de dados foram: guião de entrevista e portefólio de observação.

Os dados foram analisados de acordo a categoria temática, construídas a partir das informações colhidas mediante a natureza das questões formuladas. Seguidamente fez-se um resumo para cada categoria em análise. A técnica usada para análise de dados foi a técnica de análise de conteúdo.

Fizeram parte deste estudo 15 participantes da comunidade do distrito de Nacarôa para entrevista e discussões em grupos focais, a saber: bancos comerciais (1 funcionário do Mozabanco), órgãos locais (1 director das actividades económicas, 2 técnicos de extensão rural e 2 líderes comunitários), ONGs (2 ex-colaboradores da ADPP e AGRICARE), 1 presidente da associação da UDC de Nacarôa, , três associações produtivas da união distrital de camponeses (6 membros em cada), 2 pequenos produtores do sector familiar, 2 compradores/revendedores de produtos agrícolas nos três postos administrativos e suas localidades. A escolha destes participantes deveu-se pelo envolvimento significativo nas associações da UDC e nas áreas de atuação agrária.

## 2. Caracterização do Local de Estudo, Limitações da Pesquisa e Considerações Éticas

---

O distrito de Nacarôa é eminentemente rural com maior índice pobreza onde falta quase tudo sobre necessidades básicas para sobrevivência humana de forma condigna. Geograficamente localiza-se na parte norte da Província de Nampula norte de Moçambique. Partilha limites a norte com o distrito de Eráti, a sul com o distrito de Monapo, a Este com o distrito de Momba e Nacala-Velha e a Oeste com o distrito de Muecate. O distrito ocupa uma superfície de 2.726km<sup>2</sup> segundo o censo de 2017 tem uma população estimada em 145.450 habitantes.

O distrito de Nacarôa é composto por 3 postos administrativos, nomeadamente de Posto administrativo de Inteta, Posto administrativo de Sava-sava e Posto administrativo de Nacarôa – sede. A sede do distrito situa-se na vila no posto administrativo de Nacarôa na parte central do distrito cujo a Norte limita-se pelo Posto administrativo de Alua (situado no distrito de Eráti), através do rio Mecuburi, a sul limita-se pelo Posto Administrativo de Imala (no Distrito de Muecate), a este pelo posto administrativo de Inteta e posto administrativo de Netia (no Distrito de Monapo) e a este pelo posto administrativo de Sava-sava (Perfil do Distrito de Nacarôa, 2005).

A população do distrito de Nacarôa é maioritariamente camponesa, com alto índice de pobreza, e pratica agricultura a sequeiro dependendo das chuvas. Há fraca capacidade de produção de excedente suficiente e o poder de compra é baixo. Não possui sistemas ou agências

de créditos implantados. É atravessada pela estrada Nacional N1 que liga desde Africa de Sul até Pemba na Província de Cabo Delgado, porém, a rede de estrada local é terciária.

Ética (gr. Ethike, de ethikós: que diz respeito aos costumes) parte da filosofia pratica que tem por objectivo elaborar uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral (finalidade e sentido da vida humana, os fundamentos da obrigação e do dever, natureza do bem e do mal, o valor da consciência moral (Marcondes, 2001: 6; Ba-senga & Silva, ).

Os valores gerais da ética são traduzidos na imparcialidade, isto é, sem preferências pessoais ou favoritismo, e os valores emocionais expressam preocupação, compaixão, empatia e permitem compreender a importância da moral. Este estudo pautou pela aplicação dos princípios éticos.

### 3. Aporte Teórico Sobre Microcrédito

---

O microcrédito entende-se como instrumento de investimento do meio rural que consiste em apoiar pessoas desfavorecidas por meio de valor monetário ou insumos para desenvolverem certas actividades que possam gerar rendimentos de modo a melhorar as suas vidas.

Nessa visão Castel-Branco, Massingue e Muianga (2015) definem microcrédito como “*inputs* para alargamento do mercado e integração das camadas pobres na produção mais eficiente e consumo mais estável ao nível familiar e para outros de transações mais baixas no mercado” (p.115).

A característica do microcrédito é estar vinculado no sistema financeiro que permite as classes excluídas aceder crédito produtivo e crédito para o consumo. É um empréstimo monetário ou de insumos de baixo valor a pessoas desfavorecidas economicamente com o propósito de desenvolver a produção ou pequenos negócios para geração de rendas. Historicamente, Psico (2010) lembra a origem da ideia do microcrédito que:

foi criada pelo pastor Riffeinsen no sul da Alemanha em 1846, na sequência dum rigoroso Inverno que deixou fazendeiros locais endividados e na dependência de agiotas. O pastor cedeu-lhes farinha de trigo para que, com a fabricação e comercialização do pão, pudessem obter fundos necessários a reembolsarem a dívida e constituírem capital circulante para a sua actividade (p. 15).

Este exemplo foi replicado ou ocorreu de forma semelhante em Quebec – Canada com a criação de “Caisses Populaires”; também em Chicago com a criação da liga de crédito da América e notoriamente em Bangladesh com o professor Muhamad Yunus que criou o crédito do Grameen Bank baseando-se na seguinte premissa:

Não é a carência de valores e capacidades que torna os pobres pobres, mas sim o facto de essas capacidades permanecerem inutilizadas ou subutilizadas. Daí que a caridade não seja resposta apropriada para a pobreza, cria dependência e

retira iniciativas individuais que podem quebrar a barreira da pobreza (Psico, 2010: 16).

Paulo (2017) sugere que os maiores provedores de microcrédito em Moçambique são (Instituições bancárias e ONGs) sendo que o primeiro projecto cooperativo destinado única e exclusivamente para o microcrédito, *Tchuma*, iniciou-se em 1995 com a parceria do BCI (Banco Internacional de Moçambique) e o FDC (Fundo de Desenvolvimento Comunitário).

A literatura reitera que o microcrédito em Moçambique tornou-se num instrumento contrário aos objectivos pelos quais foi concebido pelo pastor Alemão Riffeinsen e o professor Yunus, porque no lugar de dar acesso, bloqueia o financiamento as camadas pobres.

Sabe-se que a natureza do microcrédito é para as camadas pobres sem recursos, porém em Moçambique as exigências de garantias que os bancos pedem aos desfavorecidos fazem com que a população não aceda empréstimos por falta de bens a apresentar como garantia, como se atesta:

Partindo do princípio que o público-alvo, são clientes com elevado nível de pobreza, logo sem possibilidades de fornecerem garantias reais, o contacto com o cliente é preponderante para se perceber se há bases suficientes para efectuar o empréstimo. Embora nunca se possa ter a certeza em relação ao reembolso, um trabalho rigoroso e metódico reduz consideravelmente a margem de erro (Paulo, 2017: 25).

O modelo genuíno de microcrédito tinha como mutuárias as mulheres, não só por serem as mais afectadas pela falta de empregabilidade, mas porque facilmente estão juntas e podiam se apoiar no cumprimento dos prazos, tal como partilha Psico (2010) que:

O modelo Grameen assenta nos mesmos princípios que as primeiras caixas Raiffeisen e Desjardins: empréstimos e poupanças por pequenos grupos de pessoas, sobretudo mulheres, que se conhecem e se encontram com regularidade e que aceitam as regras do jogo mutualista para cobrir o risco eventual de uma delas não conseguir reembolsar o seu empréstimo (p. 17).

## 4. Redução da Pobreza

---

A pobreza é vista de várias formas, conforme o nível de vida de uma determinada sociedade, um determinado país ou mundo em geral (Gómez-Ordoñez, 2013). A pobreza de um modo geral é a falta de recursos, como educação, saúde, alimentos de primeira necessidade, habitação, vestuário, dentre outras.

Pais, Oliveira, Gois e Cabrito (2009) referem que “Pobreza pode ser definida como uma situação de acentuada carência de recursos essenciais para satisfazer as necessidades básicas nomeadamente a alimentação, a saúde, a habitação e a educação” (p. 283).

De acordo com Psico (2010), na abordagem sobre a pobreza em Moçambique defende que:

No estudo sobre a situação de pobreza e bem-estar em Moçambique (1996-1997), PARPA define a pobreza como incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e seus dependentes, um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem-estar, segundo as normas da sociedade (p. 41).

Os autores acima são unânimes que quando se encontram numa situação de falta desses recursos básicos mencionados, se esta perante a uma situação de pobreza. Onde o indivíduo é excluído de usufruir desses recursos por não poder e passa a viver diante de situações extremamente fora do alcance deles. Em Moçambique vive-se uma cultura de pobreza de forma cíclica.

Cultura da Pobreza é a forma de pensar ou agir das pessoas pobres que sofreram várias carências, estes desenvolvem sistemas de valores, representação social e estratégia para se relacionarem com os outros na sociedade. A maneira de pensar da população rural que difere dos da zona urbana devido a falta de aceitação de mudanças, inovações e consideram que a melhor maneira de viver é o que os antepassados viveram. Pela cultura de pobreza as pessoas não aproveitam as oportunidades, habitua-se viver nos mínimos e ter mais filhos com rendimentos baixos.

Samuelson e Nordhaus (2010) propõem que, para reduzir a pobreza é preciso inclusão na força de trabalho, aumento de estoque de capital, formação técnica, melhoria tecnológica, investimento e poupança. Para reduzir a pobreza inclua a sociedade para pôr a economia a crescer. A busca pela redução da pobreza se dá pela soma de dois fatores: o aumento da renda *per capita* que catapulta o desenvolvimento rural.

## 5. Desenvolvimento Rural e Setor Agrário em Moçambique

---

Padre Lebre (1967, cito em Souza (1999), entende o desenvolvimento como a passagem de uma população determinada de uma fase menos humana, ao ritmo mais rápido possível, ao custo financeiro e humano o menos elevado possível, tendo em vista a solidariedade entre todas as populações incluindo os menos desfavorecidos.

A ideia do Pe. Lebre é sustentada por Valá (2017, p. 33) quando sublinha que:

O desenvolvimento local pressupõe os protagonismos dos actores locais interagindo em locais de cooperação territorial que constitui o capital social de uma região tendo contribuído para identificar quais factores de produção decisivos como capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento e informação.

Portanto, o desenvolvimento rural implica um intenso envolvimento das pessoas dentro das suas diferenças e assumir as acções de mudança e os objectivos que geram benefícios comuns.

Valá (2017) acredita que desenvolvimento local é um processo de mobilização de energias sociais, dos recursos e das potencialidades locais para implementação de mudanças que

elevam as oportunidades sociais e económicas da comunidade como todos aspectos integrantes do local onde se pretende gerar mudanças.

PEDRINI (2007, p. 199 cito em Nguiraze, 2013), recomenda que, os financiadores e implementares devem estar atentos a nova forma de fazer assistências às comunidades, que está mais virada em trabalhar de forma colectiva para satisfação dos parceiros e os reais beneficiários. O programa de desenvolvimento rural é iniciativa do Estado com o objectivo promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural. Isso envolve criar as condições necessárias como o acesso ao investimento agrícola para que aumente a capacidade produtiva, a geração de emprego e melhoria de condições de vida.

O programa de desenvolvimento rural por ser iniciativa do Estado, deve ser o ponto de equilíbrio com recursos humanos especializados, e reiteram que, “O desenvolvimento rural deve ser o conteúdo essencial e o centro de gravidade da estratégia do desenvolvimento nacional. Logo não faz sentido, ter uma estratégia do desenvolvimento rural nem uma organização governativa especializada em desenvolvimento rural” (Castel-Branco, Massingue & Muianga, 2015: 116).

Segundo Rua e Pinto (2014, p. 21) “o nível de investimento na agricultura nos países em desenvolvimento decresceu nas últimas décadas, o que automaticamente está correlacionado com o decrescimento da produção, redução da pobreza e segurança alimentar”.

Essa visão é comungada com Valá (2017) que reitera que um dos factores que exacerba a pobreza nos países em desenvolvimento é a sua frágil base produtiva que, na sua essência, depende de uma agricultura, pesca e de outras actividades primárias de baixa produtividade (p. 254)

O Estado moçambicano através do ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural destacou cinco prioridades sobre as zonas rurais: segurança alimentar, rendimento familiar, emprego, inclusão social e produtividade. Na realidade estas 5 matrizes de orientação estão longe de ser alcançados os seus propósitos por fraco investimento neste sector.

Castel-Branco, Rosmina, Chichava, Forquilha & Muianga (2022) revelam que a produção *per capita* para o mercado interno estagnou, baixou, tendo recebido menos de 1% de investimento. O crescimento do agregado da agricultura e floresta é lento. Em contraste, a exportação de produtos não processado aumentou em relação a produção para o consumo local. Isto deve-se ao fraco crédito direccionado ao sector de produção agropecuário.

Por isso Forquilha (2009) declara que, “apesar do sector agrário estar a conhecer reformas importantes, cristalizadas em programas, políticas e estratégias, os seus efeitos são fragilizados”.

Valá (2017) atesta que a fragilização da questão agrária e das associações em Moçambique começa no período pós-independência, quando foi desarticulada a produção de alimentos para consumo e venda nos circuitos monetários para uma agricultura apenas de consumo.

O autor refere que, tal como as cooperativas estatais marginalizavam a produção camponesa no período pós-colonial, hoje também as associações populares de produção agrária são marginalizadas, deixadas a sua sorte, sem investimentos nem recursos para avançar na produção de alimentos e geração de renda que possa reduzir a pobreza e impulsionar o desenvolvimento.

## 6. Experiências e Desafios das Comunidades do Distrito de Nacarôa

---

Os distritos moçambicanos são caracterizados por possuir maior incidência de pobreza, Nacarôa é um dos que padece de forma persistente. Essa pobreza, incomoda não só a população que a sofre nas zonas rurais como para vários actores de desenvolvimento socioeconómico.

As comunidades de Nacarôa têm experiência de produção de alimentos, criação de animais; colaborar nos projectos de desenvolvimento rural de iniciativa do governo moçambicano e ONGs em programas da OCDE no pacote de ordenamento territorial e urbanização; AGRICARE na produção e seleção de sementes melhorada, a *World vision* no programa de produção e nutrição.

O director dos Serviços Distrital das Actividades Económicas garantiu que a comunidade beneficia actualmente do financiamento do projecto nacional SUSTENTA com objetivos de integração da agricultura familiar em cadeias de valor produtivo para melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares rurais através da promoção de agricultura sustentável (social, económica e ambiental).

Por sua vez o presidente da UDC afirmou beneficiarem-se de microcrédito de vários programas mas lamentou como é alocado o dinheiro ou os insumos aos camponeses, e referiu-se o seguinte:

*O governo não repara a quem dar financiamento, alocam pessoas que não têm interesse na produção mas porque é conhecido (...) é normal quem não conhece aviário ser alocado pintos e quem não conhece assunto da machamba ser alocado tractores agrícolas, tudo ao contrário (...) a participação da comunidade é baixa, não sabemos como vamos ultrapassar esta contradição. O desafio reside em estabelecer uma parceria de investimento directo junto aos camponeses.*

## 6. Resultados do Estudo

---

Em geral, o microcrédito é descrito como instrumento que ajuda aos mais pobres na geração de renda, no combate a pobreza e impulsiona o desenvolvimento rural. Os resultados deste estudo foram categorizados segundo os conteúdos das temáticas e a problemática identificada no âmbito da proposta de pesquisa. A seguir estão sumariamente apresentados os resultados.

## 6.1. Categoria 1 – Impacto do Microcrédito

---

No que concerne a microcrédito 10 participantes responderam que o microcrédito consiste em emprestar dinheiro aos pobres, particularmente “Mulheres para produção ou negócios para geração de rendas. As associações têm noção sobre o investimento agrário porque tiveram por intermédio do projecto *AGRO-CARE*, *World vision*, dinheiro e insumos agrícolas que lhes permitiu ter maior produção e com os rendimentos compraram motas, bicicletas, cobriram suas casas com chapas de zinco. As associações conseguiram abrir pequenos negócios e inclusive apoiaram às escolas no lanche escolar para retenção das crianças nas escolas.

Num debate sobre o investimento agrícola, um representante dos Serviços das Actividades Económicas (SDAE) avançou que: “*A comunidade beneficia-se de pequenos investimentos do governo tal como o Fundo do desenvolvimento Distrital (FDD) e Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FDC) e, parceiros de cooperação (AGRICARE, HELVETAS, World vision e outros). Porém, os camponeses vendem todos produtos sem excedentes e não conservam os equipamentos por isso lamentam sempre porque há outros sectores por investir*”.

De acordo o presidente das associações da UDC, existem projectos da agremiação, o desafio é criar parcerias directas com investidores (AENA, FDC, FDA e outros) e ter um fundo sustentável da associação para evitar depender a intermediação do governo que as vezes não são claros.

## 6.2. Categoria 2 – Redução da Pobreza

---

Na abordagem sobre a pobreza, 6 entrevistados por sinal mulheres sentenciaram que a pobreza nunca vai-lhes acabar porque não são brancos e o governo não olha o povo. Dez (10) Entrevistados têm esperança que, se houver vontade política de partilhar os recursos existentes em Moçambique, é possível sair da pobreza. Quanto mais mulheres, filhos as necessidades aumentam, as dificuldades se multiplicam e a pobreza vai cada vez mais se assentar no seio dessa família ou comunidade. É notória nestas comunidades a falta de vestuário, habitação condigna e alimentação adequada, mas mesmo assim, praticam a poligamia e nascem muitos filhos.

Como se pode entender, o modelo de pobreza aqui é cultural e cíclico, as comunidades têm noção de que são pobres, mas não têm estratégias para sair da pobreza, conformados, adaptam como parte do seu modo de vida numa cultura centrada nas suas dificuldades e vivem unidos de acordo com o estilo de vida e regras por eles criado. O desafio é serem proactivos e autossustentáveis.

### 6.3. Categoria 3 – Desenvolvimento Rural

---

Os projectos destinados ao desenvolvimento rural implementam os seus programas com o envolvimento das comunidades, uma delas, são as associações produtivas da UDC de Nacarôa, talvez por estas serem constituídas e preocupadas com a sua mudança socioeconómica. Porém, constata-se falta de clareza das políticas de participação e acesso ao microcrédito que especifiquem que forma deve ser “implementado” de modo que altere significativamente a pobreza.

A entrevista conduzida a 12 membros de 2 associações, nomeadamente as associações “*orera okhalihana*”; “*Wiwanana unidos venceremos a pobreza*” estão preocupadas com o desenvolvimento das suas comunidades, porém estão mergulhados nos riscos alertados por Dalmás (2014) “a ilusão da participação e manipulação”. Pedro Francisco presidente do fórum de Saa-saa lamentou a falta de quase toda cadeia agrícola no distrito de Nacarôa:

*Nós não temos doadores (...) participamos encontro de produtores em Namapa, e notamos que eles estão desenvolvidos porque têm estabelecimento agrário de insumos agrícolas, participam nas sessões do governo local. Contrariamente em Nacarôa nem loja de venda de semente temos, atrasamos lançar a semente (...) os preços de venda de produtos são baixíssimos, quando pedimos apoio o sector de comércio limitam-nos que o mercado é livre (...) sentimo-nos marginalizados.*

Na verdade, uma observação ocular do pesquisador constatou que, a realidade das associações supõe que a participação das populações do distrito de Nacarôa em projecto de desenvolvimento rural é ilusória. A comunidade lamenta bastante o modelo do envolvimento dos camponeses em projectos ou programas porque muitas vezes são envolvidos para justificar financiamentos programas do Estado ou ONGs não efectivamente aplicados.

Na sessão do grupo focal organizada no âmbito desta pesquisa mencionaram insistentemente que o governo distrital não dava nenhum suporte de investimento aos produtores. Os produtores associados queixam-se do desinteresse do governo de todo o processo de produção.

### 6.4. Categoria 4 – Experiência da Comunidade no setor Agrícola

---

O distrito de Nacarôa é rural, as comunidades trabalham singularmente e em associações de produção de comida para sua sobrevivência. Portanto, possuem experiência natural de cultivar a terra. Todos membros da associação já implementaram o fomento agrário em diferentes fóruns de programas de produção de comida, criação de animais e melhoramento de semente.

Em entrevista os membros associação “juntos venceremos a fome”, os membros abordaram,:

*Nós produzimos hortícolas, cereais e outras culturas que alimentamos os alunos, a nós próprios até o povo da sede distrital de Nacaroa (...) só que a nossa produção não dá rendimentos (...) os órgãos da administração local não respeitam nem valorizam as associações. Desde 2010 que associação foi criada mas não temos campos definitivos, o crédito é insignificante e produtos apodrecem nas machambas sem boss que nos leve para vender Namialo, Nampula ou Nacala.*

Este cenário pode em parte ser uma das causas da desmotivação na participação de outros membros da comunidade porque sem crédito concedido e dificuldades de venda, os outros camponeses não se levam a sério as associações, concebendo-as como grupo de pessoas sem visão nem objectivos.

A experiência sobre a gestão dos Fundos de Desenvolvimento Distrital (FDD) que visava impulsionar o desenvolvimento do distrito a partir de projectos desenhados e implementados pela comunidade deixou marcas positivas e negativas no seio das comunidades rurais de Nacaroa. Por um lado, alguns produtores ficaram com a noção de produzir em grande escala mas por falta de planos concretos, os beneficiários não desenvolveram resultados visíveis.

Em termos práticos por ser a primeira experiência e com pouca transparente que não apresentavam planos realísticos e sustentáveis, os poucos que receberam o dinheiro não conseguiram devolver. Entende-se sobre maneira que a população não tem experiência em planificação e implementação de projectos porque não participam no processo do plano estratégico público e privado local. Portanto, o desafio consiste em fazer treinamentos aos produtores na planificação, gestão estratégica de projectos que lhes possa ajudar atrair investimentos e se consolidarem de forma sustentável (Tabela 1).

**Tabela 1 – Propostas, Atividades e Desafios**

Propostas de Melhoria	Actividades a desenvolver	Desafios/Resultados esperados
<b>1. Implantar agências de desenvolvimento Local e Reduzir as exigências de acesso a crédito aos camponeses, em particular às associações da UDC</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investir directamente à população sobretudo Mulheres e associações;</li> <li>- Educação financeira ao povo;</li> <li>- Assistência técnica nos campos;</li> <li>- Implantar de edifícios e estruturas de microcréditos nos distritos rurais; - Facilitar os financiamentos com contratos de crédito claros entre a banca e as associações;</li> <li>- Prover insumos e investimentos aos camponeses no tempo preciso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projectos de produção viáveis;</li> <li>- Gestão adequada do crédito;</li> <li>- Produtividade nos campos agrícolas;</li> <li>- Poucas exigências na concessão do crédito aos camponeses da associação;</li> <li>- Incrementado o financiamento dos projetos agrícolas de 1% para 20%;</li> <li>- Os camponeses singulares e associações têm acesso de crédito.</li> <li>- Reembolso do dinheiro às agências de crédito por parte dos camponeses.</li> </ul>
<b>2. Tornar às associações da UDC e produtores singulares proactivas, resilientes e sustentáveis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacidade de desenhar projectos agrícolas sustentáveis;</li> <li>- Fomentar nas comunidades debate sobre desenvolvimento local a partir da produção de alimentos;</li> <li>- Dispor de meios de produção e de escoar produtos à comercialização.</li> <li>- Atrair parceria e fundos de investimento agrícola;</li> <li>- Prevenir e mitigar os problemas ambientais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projectos implementados com eficácia e eficientemente;</li> <li>- Produtividade em todas épocas.</li> <li>- Fome erradicada e boa nutrição;</li> <li>- Dinheiro nas contas da associação e vida da população melhorada;</li> <li>- Aut financiamento e criação de linhas de crédito, para outros povos;</li> <li>- Camponeses com campos de produção resilientes;</li> <li>- Produção de consumo e mercado.</li> </ul>

Fonte: Adaptado pelo autor, 2023.

## Considerações Finais

---

A preocupação sobre a pobreza e o desenvolvimento rural fez com que se criasse o microcrédito como forma de mitigar as condições precárias dos camponeses da zona rural. A origem do microcrédito é clara “apoiar os camponeses a sair da pobreza. Em Moçambique apesar das políticas dessas definições, o modelo de microcrédito não é claro nem ajuda os reais camponeses, pois exige-se garantias que os desfavorecidos que trabalham a terra não dispõem. Acredita-se que este factor empurra cada vez mais a população para pobreza absoluta.

Os camponeses do distrito de Nacarôa sentem-se marginalizados porque não existem agências formais de crédito rural. Os eventuais investidores ou os bancos exigem garantias para concessão do crédito agrário. Um olhar empírico sobre o desempenho das associações do distrito de Nacarôa, supõe que elas “se viram sozinhas”, não se beneficiam de crédito directo e concreto. Talvez por isso não produzem em grandes quantidades; as associações são a sequeiro e insustentáveis.

Teem experiencia de implementar programas de desenvolvimento rural mas após o término dos projectos em que minimamente se beneficiam, a população não consegue dar a continuidade de forma sustentável as actividades supostamente ensinadas porque os planos são alheios aos seus reais problemas como também não lhes investem para a manutenção dos programas. Como consequência não se atinge os objectivos de melhoria de produção, de renda, escolarização, saúde e habitações precárias.

A possível saída é articulação de parceria directa entre o Estado, investidores e os camponeses. Outrossim, uma vez que as associações são independentes e teem alvará criar condições próprias para mobilização de investimentos directamente aos parceiros de cooperação sem intermediários. O microcredito pode impactar positivamente aos camponeses mas é preciso alocar os investimentos aos reais interessados na produção e ao local onde se produz para impelir as populações assumirem a causa e contribuam na geração de renda, redução da pobreza e ocorra efectivamente o desenvolvimento rural.

## Referências Bibliográficas

---

- Ba-Senga, R., & Silva, A. S. da. (2015). Consciência Política e Corrupção em Moçambique: entre a subalternidade e a transformação. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 5(1), 168-189.
- Castel-Branco, Carlos., Massingue Nelsa., & Muianga, Carlos. (Org). (2015). *Questões sobre o desenvolvimento produtivo em Moçambique*. IESE. [https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/IESE\\_FAN\\_PT.pdf](https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/IESE_FAN_PT.pdf)
- Castel-Branco, Carlos., Ali, Rosmina., , Chichava, Sérgio., & Muianga, Carlos. (2022) *Desafios para Moçambique*, 2022, IESE. <https://www.iese.ac.mz/artigos-des2023/>
- Dalmás, Angelo. (2014). *Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação*. Vozes.
- Forquilha, Salvador. (2010). Reformas de Descentralização e Redução da Pobreza num Contexto de Estado Neo-patrimonial. Um Olhar a partir dos Conselhos Locais e OIIL em Moçambique Em Luis Brito e cols. *Pobreza, Vulnerabilidade e Governança*. IESE.
- Gómez-Ordoñez, Luis H. (2013). Pobreza: representações e imaginários sociais. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 3(1), 3-17. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v3p3-17>
- Maússe, Miguel A. (2009). *Pobreza, Participação e Desenvolvimento rural em Moçambique: estudo de caso na localidade de Chijinguire*. CIEDIMA.
- Nguiraze, André. (2013) *Identidade e Participação da Comunidade rural nos processos de Desenvolvimento local: Desafios e Competências do regulado de Nhambita – Moçambique*. Tese (Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13822>
- Oliveira, Maria da luz, Pais, Maria João, Góis, Maria Manuela e Cabrito, Belmiro Gil, (2009). *Sociologia*. texto editores Lda.
- Paulo, Éder Francisco. (2017). *Microcrédito em Moçambique-Estratégias para aumentar a taxa de reembolso*. Dissertação. Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/14223>
- Psico, José Tomo. (2010). *Microfinanças: Solução para o combate à pobreza?* Escolar editora.
- Pinto, Juliana., & Rua, Orlando. (2014). *Empreendedorismo e Plano de Negócios no sector Agrícola*. Vida Económica Editorial.
- Samuelson, Paul., & Nordhaus, William. (2010). *Economia*. AMGH Editora Lda.
- Silva, Alessandro Soares da. (2018). A Ação Pública: um outro olhar sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 8(1), 194-204.
- Sousa, Maria Luiza (1999). *Desenvolvimento de comunidade e Participação*. Cortez Editora.
- Forquilha, Salvador. (2009). *Reformas de Descentralização e Redução da Pobreza num Contexto de Estado Neo-patrimonial. Um olhar a partir dos Conselhos Locais e OIIL em Moçambique*. [https://www.iese.ac.mz/lib/publication/II\\_conf/GrupoIII/Descentralizacao\\_Conselhos\\_Locais\\_FORQUILHA.pdf](https://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/GrupoIII/Descentralizacao_Conselhos_Locais_FORQUILHA.pdf)
- Valá, Salim Cripon. (2017). *Desenvolvimento endógeno no Moçambique em transformação*. Escolar Editora e Livreiros Lda.
- Ministério da Administração Estatal. (2005). *Perfil do Distrito de Nacarôa*. <http://www.sina.gov.mz/wp-content/uploads/2024/05/Nacala.pdf>

Recebido em 21/12/2023.  
Aceito em 11/06/2024.